

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA
E COMÉRCIO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Ativa Soluções Tecnológicas Indústria e Comércio SA
Santa Rita do Sapucaí - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Ativa Soluções Tecnológicas Indústria e Comércio SA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ativa Soluções Tecnológicas Indústria e Comércio SA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" no nosso relatório. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por nós, cujo relatório datado de 21 de maio de 2021, continha ressalvas sobre a limitação dos saldos de 2019 e limitação dos estoques por não termos acompanhado os inventários físicos.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

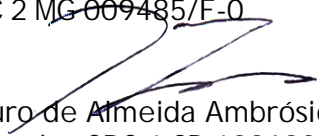


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 02 de maio de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0



Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5 - S - MG

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Fornecedores			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.705	5.182		12	1.441	826
Contas a receber	5	4.800	4.190	Empréstimos, financiamentos e encargos	13	6.200	3.773
Estoques	6	9.399	6.036	Tributos e contribuições sociais	14	2.142	2.392
Adiantamento a fornecedores		545	517	Obrigações trabalhistas e sociais		428	424
Tributos e contribuições a recuperar	7	595	593	Outros débitos		192	76
Outros créditos	8	1.209	756			10.403	7.491
		20.255	17.274	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos, financiamentos e encargos			
Garantias contratuais		34	58		13	6.008	7.290
Depósitos judiciais		-	-	Outros débitos		549	445
Investimentos	9	100	1.688	Tributos e contribuições sociais	14	828	437
Imobilizado	10	676	471			7.385	8.172
Intangível	11	4.446	3.300	Patrimônio líquido			
		5.257	5.517		17		
Total do ativo				Capital Social			
		25.512	22.791			4.948	3.474
				Reserva de Lucros			
				(570)			
				Reserva de Capital			
				-			
				Reserva Estatutária			
				104			
				Reserva Legal			
				21			
				Reserva Fiscal			
				3.221			
				7.724			
				7.128			
Total do passivo e do patrimônio líquido				Total do passivo e do patrimônio líquido			
				25.512			
				22.791			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de vendas	18	14.807	12.146
(-) Custo dos produtos vendidos	19	(9.914)	(4.837)
(=) Lucro bruto		4.893	7.309
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(5.269)	(3.682)
Despesas com depreciação e amortização	19	(131)	(638)
Despesas com perda recebíveis	19 / 20	(35)	(796)
Receitas Subvenções		14	-
Receitas Fiscal ICMS	19	1.859	-
Receitas de subvenção MCTI	19	1.348	803
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.678	2.996
Receitas financeiras	21	106	77
Despesas financeiras	21	(2.189)	(2.069)
(=) Resultado financeiro líquido		(2.083)	(1.992)
(=) Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		596	1.004
(-) Imposto de Renda	22	-	(399)
(-) Contribuição Social	22	-	(188)
(=) Lucro / (Prejuízo) do exercício		596	417

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro/(prejuízo) do exercício	596	417
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>596</u>	<u>417</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Estatutária	Reserva Fiscais	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	2.000	-	-	2.522	-	-	-	4.522
Aumento de Capital	1.474	1.474	-	-	-	-	-	2.948
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	417	417
Constituição da reserva legal	-	-	21	-	-	-	(21)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(759)	-	-	-	(759)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	104	-	(104)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	292	-	-	(292)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.474	1.474	21	2.055	104	-	-	7.128
Aumento de Capital	1.474	(1.474)	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	596	596
Constituição da reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	(2.625)	-	3.221	(596)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.948	-	21	(570)	104	3.221	-	7.724

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
(=) Lucro / (Prejuízo) do exercício	596	417
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	647	638
Encargos de empréstimos e financiamentos	2.057	1.793
Juros, variações monetárias e cambiais	74	(26)
Perdas com recebíveis	35	796
Valor residual do Intangível baixado	-	4
Subtotal que não afetam o caixa operacional	3.409	3.622
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento) no contas a receber	(645)	1.452
(Aumento)/ diminuição nos tributos a recuperar	(2)	(503)
(Aumento) nos estoques	(3.364)	(3.322)
Aumento nos demais ativos circulantes e não circulantes	(458)	151
Aumento/(diminuição) em fornecedores	541	504
Aumento/(diminuição) em obrigações sociais e tributárias	145	1.007
Aumento/Diminuição em Outros débitos	220	(322)
Caixa líquido das atividades operacionais	(154)	2.589
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(290)	(290)
(Aquisição) / Encerramento de investimentos	1.588	(1.520)
Aquisição de intangível	(1.708)	(1.080)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(410)	(2.890)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumentos de Capital	-	1.474
Aquisição de reserva de capital	-	1.474
Captação (Pagamento) de empréstimos e financiamentos	(913)	2.242
Pagamento de dividendos	-	(759)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(913)	4.431
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.477)	4.130
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.182	1.052
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.705	5.182
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.477)	4.130

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Ativa Soluções Tecnológicas Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 284, 294 e 302 - centro na cidade de Santa Rita do Sapucaí-MG CEP 37540-000 tem por objeto social:

- (i) desenvolvimento, fabricação e comercialização de equipamentos eletroeletrônicos para telemetria e gerenciamento remoto através de qualquer tecnologia e meio de comunicação para as áreas de telecomunicações, radiodifusão, energia elétrica, meio ambiente, hidrologia, petróleo, saneamento, medicina, gás, agronegócios, segurança eletrônica, transporte, automação bancária, industrial e residencial, dentre outras;
- (ii) desenvolvimento, produção, representação e comercialização de soluções que visem medição, transmissão, gerenciamento e monitoramento de dados e conectividade de máquina a máquina;
- (iii) desenvolvimento, produção, representação e comercialização de produtos relacionados à tecnologia da informação e equipamentos eletrônicos;
- (iv) desenvolvimento, licenciamento, prestação de serviço e comercialização de softwares de propriedade própria e de terceiros;
- (v) desenvolvimento, fabricação de utensílios, instrumentos e aparelhos de medida, teste e controle;
- (vi) prestação de serviços de medição, inspeção, transmissão, gerenciamento e monitoramento de dados;
- (vii) manutenção e instalação de soluções e equipamentos próprios ou de terceiros;
- (viii) manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle;
- (ix) instalação de máquinas e equipamentos industriais, próprios e de terceiros;
- (x) locação e comodato de equipamentos eletrônicos, com suas peças, partes e acessórios;
- (xi) realização de pesquisas, produções científicas, treinamentos e consultoria;
- (xii) planejamento, customização, otimização e implementação das soluções e equipamentos oferecidos;
- (xiii) importação e a exportação, por conta própria ou de terceiros, de bens e serviços relacionados ao seu objeto social;
- (xiv) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;
- (xv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia de informação;
- (xvi) consultoria e manutenção em tecnologia da informação; (xvii) revenda de produtos;
- (xvii) representação comercial de produtos, marcas ou sociedades - nacionais ou estrangeiras;
- (xviii) participação em outras sociedades;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

- (xix) treinamentos em desenvolvimento profissional, gerencial, gestão empresarial, gestão de projetos, desenvolvimento tecnológico, informática e telecomunicação;
- (xx) locação de automóveis sem condutor;
- (xxi) serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
- (xxii) outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas;
- (xxiii) atividades de comércio, industrialização, locação, importação e exportação de componentes, instrumentos e equipamentos eletroeletrônicos e de telecomunicações, prestação de serviços associados, incluindo consultoria, desenvolvimento, projeto, instalação e treinamento;
- (xxiv) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; atividades profissionais, científicas e técnicas;
- (xxv) instalação de máquinas e equipamentos industriais;
- (xxvi) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário;
- (xxvii) manutenção e reparação de máquinas equipamentos;
- (xxviii) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios;
- (xxix) serviços de telecomunicações por fio, sem fio, por satélite e outras atividades de telecomunicações;
- (xxx) serviços de tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
- (xxxi) comércio a varejo e por atacado de veículos automotores;
- (xxxii) representante comerciais e agentes do comércio de veículos automotores e
- (xxxiii) serviços de transporte terrestre.

A Companhia se encontra em plena atividade. Durante o exercício de 2021, venceu licitações e forneceu equipamentos para Órgãos do Governo. Este fornecimento representou 38% do seu faturamento em 2020 e 2021.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma atividade operacional ou estratégica foi interrompida, visto que as atividades da Companhia se enquadram como essenciais no momento atual da sociedade, pois onde as soluções da Companhia são instaladas, imediatamente reduz-se o risco de contágio de COVID-19 pelos funcionários dos clientes.

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia alterou sua natureza jurídica de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, com os atos de transformação arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE nº 31300132994.

Com a alteração de sua natureza jurídica para Sociedade Anônima houve o aumento do capital social com ingresso de novos acionistas e ingresso de recursos conforme o Acordo de Acionistas firmado entre as partes em 29 de setembro de 2020, instrumento pelo qual vinculou-se a totalidade das Ações Ordinárias e das Ações Preferenciais emitidas.

A Companhia é administrada por uma diretoria composta por 2 (dois) membros ("Diretores") com mandato unificado de 1 (um) ano. A Companhia tem um Conselho de Administração composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes que não funciona em caráter permanente, mas somente se instala nas condições definidas no Capítulo XIII da LSA.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de abril de 2022.

2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Diário. A documentação contábil da Companhia é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes"

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas *IFRS* e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; ou (b) investimentos mantidos até o vencimento. Estes ativos financeiros incluem quotas de fundos de investimento. Nesta categoria são registrados os instrumentos que são mantidos por um período indefinido e que podem ser alienados para atender às necessidades de liquidez ou as mudanças nas condições de mercado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 compreendem contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.5.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

2.5.5. Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com perda recebíveis" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.8. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos as depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11. Ativos intangíveis

2.11.1. Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na Nota Explicativa nº 11, assim como a capitalização dos gastos de Engenharia associados ao desenvolvimento das plataformas atuais.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

2.12. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

2.16. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.17. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.19. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e está apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Venda de produtos

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos, momento em que os riscos significativos e benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador.

(b) Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida após a conclusão dos serviços prestados e geralmente depende de aceite técnico por parte do cliente.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20. Arrendamentos

A Companhia não aplicou o CPC 06 (R2) reconhecendo os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, portanto, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, visto que somente os imóveis alugados como sede atual da Companhia seriam elegíveis à norma conforme entendimento adotado.

Contudo, em função da previsão de não renovação dos contratos de locação dos imóveis supracitados, a Companhia decidiu por não tornar esse contrato de ativo elegível ao CPC 06 (R2).

Portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- a) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- b) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- c) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- d) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI e locação de veículos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo de arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- a) o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos;

- b) o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - i. o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilizada do ativo;
 - ii. comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - iii. fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

Os ativos decorrentes do direito de uso de arrendamentos operacionais, conforme requerido pela norma então vigente, não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo de arrendamento.

A Companhia não possuía arrendamentos financeiros antes do período de transição.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Diretores e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Diretores da Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pelo Comitê de Diretores da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos.

Para os atos que impliquem na movimentação financeira ou assunção de obrigações superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) contratação de empréstimos e financiamentos, bem como prestação de garantias para sua obtenção deverão conter, necessariamente, a assinatura do diretor indicado pelo Fundo.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo Comitê de Diretores da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. O Comitê de Diretores da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em dólar, nos montantes de USD 52, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivo	31 de dezembro de 2021				Valor justo
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	6.200	2.528	3.480		12.208
Fornecedores	1.441				1.441
	<u>7.641</u>	<u>2.528</u>	<u>3.480</u>	<u>-</u>	<u>13.649</u>

Passivo	31 de dezembro de 2020				Valor justo
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	3.773	4.155	3.058	77	11.063
Fornecedores	826	-	-	-	826
	<u>4.599</u>	<u>4.155</u>	<u>3.058</u>	<u>77</u>	<u>11.889</u>

3.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	12.208	11.063
Caixa e equivalentes de caixa	3.705	5.182
Dívida líquida	<u>8.503</u>	<u>5.881</u>
Patrimônio líquido	7.724	7.128
Índice de alavancagem financeira	<u>1,10</u>	<u>0,82</u>

3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	2	60
Aplicações financeiras	3.703	5.122
	<u>3.705</u>	<u>5.182</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber de clientes	4.800	4.190
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>4.800</u>	<u>4.190</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2021	2020
A vencer	4.185	3.315
Vencidos:		
Até 30 dias	534	95
De 31 a 60 dias	49	3
De 61 a 90 dias	1	56
De 91 a 120 dias	8	110
De 121 a 180 dias	6	90
Vencido por 180 + dias	17	7
Vencido por 1 ano + dias	-	514
	<u>4.800</u>	<u>4.190</u>

A Companhia tem por procedimento registrar Provisões para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa após análise individualizada dos clientes, no entanto não foi identificada a necessidade de provisão para o exercício de 2021.

6. Estoques

	2021	2020
Produtos acabados	904	619
Matérias-primas	5.273	1.167
Produtos em elaboração	595	2.220
Estoques de Projetos	2.627	2.030
	<u>9.399</u>	<u>6.036</u>

Com o forte aumento de 84,5% dos volumes de receita projetado para o exercício de 2022 conforme os contratos assinados (previsão de receita bruta de aproximadamente R\$ 40.000), os montantes investidos nos estoques de matéria-prima subiram significativamente, especialmente a partir do 2º semestre de 2021 com o propósito de garantir as entregas compromissadas no tempo hábil.

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

O saldo mais relevante dos Estoques de Serviços no total de R\$ 909 foi o projeto de 5 anos com a EMBASA, onde instalamos 1.000 pontos na região metropolitana de Salvador/BA através da rede NB-IoT com o objetivo de monitorar por telemetria as grandezas hidráulicas da rede distribuidora de água, permitindo análises em tempo real para tomadas de decisão, reduzindo o tempo para correções de problemas.

Com a análise das informações é possível atenuar o desequilíbrio entre a oferta de água e a demanda, principalmente no verão, possibilitando a distribuição equitativa da água disponível. Através do monitoramento das vazões e pressões noturnas é possível controlar as condições de operação, evitando o aumento excessivo de pressões e por consequência das perdas por vazamento.

7. Tributos e contribuições a recuperar

	2021	2020
ICMS a recuperar	8	7
PIS e COFINS a recuperar	23	2
IPI a recuperar	6	14
IRPJ e CSLL a recuperar	115	13
INSS e ISS a recuperar	5	5
Crédito Subvenção MCTI a recuperar	438	551
	<u>595</u>	<u>593</u>

8. Outros créditos

	2021	2020
Outros créditos	55	22
Partes relacionadas	1.154	734
	<u>1.209</u>	<u>756</u>

9. Investimentos

	2021	2020
Investimentos	100	1.688
	<u>100</u>	<u>1.688</u>

Os investimentos de Longo Prazo registrados na Companhia são:

a) Capital Social registrado nas Cooperativas de Crédito a seguir:

- (i) SICREDI: R\$ 21
- (ii) COOPERMEC: R\$ 2

b) Contra participação no Banco Bradesco a seguir:

- (i) Consórcios: R\$ 77

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

Imobilizado	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Líquido 2021
Instalações	65	(39)	26
Veículos	411	(185)	226
Móveis e utensílios	143	(77)	66
Equipamentos de informática	410	(257)	153
Máquinas e equipamentos	81	(28)	53
Consórcios	152	-	152
Total	1.262	(586)	676

A Companhia acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

Taxas ponderadas anuais de depreciação

Descrição	%
Instalações	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Máquinas	10%

Movimentação do ativo imobilizado

Imobilizado	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2021
Instalações	44	-	-	(4)	40
Veículos	142	142	-	(52)	232
Móveis e utensílios	24	6	-	(6)	24
Equipamentos de informática	79	34	-	(20)	93
Máquinas e equipamentos	25	18	-	(3)	40
Consórcio	157	90	-	-	247
Total	471	290	-	(85)	676

11. Intangível

	2021	2020
Marcas e patentes	-	-
Softwares	1.765	2.220
Softwares em desenvolvimento	2.681	1.080
	4.446	3.300

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A média ponderada das taxas de amortização dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Taxas ponderadas anuais de depreciação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Marcas e patentes	20%	20%
Softwares	20%	20%

Movimentação do intangível

<u>Intangível</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf</u>	<u>Amort</u>	<u>31/12/2021</u>
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-
Softwares	2.220	106	-	2.776	(562)	4.540
Softwares em desenvolvimento	1.080	1.602	-	(2.776)	-	(94)
Total	<u>3.300</u>	<u>1.708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(562)</u>	<u>4.446</u>

12. Fornecedores a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores - nacionais	663	535
Fornecedores - internacionais	778	291
	<u>1.441</u>	<u>826</u>

13. Empréstimos, financiamentos e encargos

<u>Modalidade</u>	<u>Juros médios</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Em moeda nacional			
Capital de giro	14,33% aa	12.208	11.063
			11.063
Desmembramento:			
Passivo circulante	14,33% aa	6.200	3.773
Passivo não circulante	14,33% aa	6.008	7.290
		<u>12.208</u>	<u>11.063</u>

O vencimento do passivo não circulante compõe-se:

<u>Ano</u>	<u>Valor (R\$)</u>
2023	2.347
2024	1.963
2025	1.389
2026	251
2027	58
	<u>6.008</u>

Para os contratos de empréstimos em andamento não existem convenants contratadas e as garantias se baseiam no aval dos sócios da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

14. Tributos e Contribuições Sociais

	2021	2020
IRPJ e CSLL a recolher	-	284
Tributos retidos a recolher	32	17
ICMS a recolher	1.002	896
IPI a recolher	513	859
PIS e COFINS a recolher	89	77
Parcelamentos fiscais	1.310	674
INSS e ISS a recolher	24	22
	<u>2.970</u>	<u>2.829</u>
Passivo circulante	2.142	2.392
Passivo não circulante	828	437
	<u>2.970</u>	<u>2.829</u>

15. Remuneração da Diretoria

Conforme o item 3.16.4 do Acordo de Acionistas e o item 9.4.1 do Acordo de Investimentos, a remuneração dos diretores será definida a partir do montante global definido em assembleia geral e sua distribuição será determinada pelo Conselho de Administração, conforme previsto na Lei nº. 6.404/76, levando-se em consideração os parâmetros de mercado e a situação financeira e patrimonial da Sociedade no período.

No exercício de 2021 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

16. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía processos decorrentes de causas trabalhistas, tributárias e cíveis, cuja probabilidade de perda fosse provável conforme a avaliação de risco realizada pelos assessores legais.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não tinha processos em andamento decorrente de causas tributárias e cíveis, cuja probabilidade de perda era "possível".

17. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital da Companhia é de R\$ 4.948.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o capital social é composto por 2.000.000 de ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, 247.289 de ações preferenciais classe A e de 50.505 de ações preferenciais classe B.

(b) Reservas

Do lucro líquido apurado no exercício social será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

A reserva de incentivos fiscais representada pelo valor de R\$ 3.221 tem por fim registrar os créditos fiscais de subvenções para investimentos, que são previstos em lei que concedeu o incentivo fiscal.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio anual pagos como dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações.

18. Receita Líquida das vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Receita Bruta de Vendas		
Venda de produtos - Mercado interno	19.846	11.379
Venda de serviços - Mercado interno	4.025	2.815
Venda de industrialização - Mercado interno	88	839
	<u>23.959</u>	<u>15.033</u>
Deduções de vendas		
Devoluções e descontos	(3.025)	(554)
Impostos sobre vendas	(6.127)	(2.333)
	<u>(9.152)</u>	<u>(2.887)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>14.807</u></u>	<u><u>12.146</u></u>

No exercício de 2020, o crédito de subvenção estadual concedido pelo Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 1.316 foi lançado como crédito no grupo das deduções de vendas.

No exercício de 2021, o crédito de subvenção governamental concedido pelo MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações no valor de R\$ 1.348 e o crédito de subvenção estadual concedido pelo Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 1.859 foram lançados no grupo das despesas/receitas operacionais (Nota Explicativa nº 19).

ATIVA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita. Os clientes mais significativos são: SABESP, EMBASA, CAESB, COPASA, BRK Ambiental, SAECIL, CESAN, CEMIG, RAÍZEN, C.P.F.L, INEMA, MCTI, LANDIS GYR, CAGECE, COOPER POWER SYSTEMS, CAGEPA, APAC, FUNBIO, NEONERGIA, COPEL, VIVO, SULGÁS, GASMIG, HYUNDAI ROTEEM, CAF, MARFRIG e FUNCATE.

19. Despesas por natureza

	2021	2020
Classificação por natureza		
Custos variáveis (mat. prima e materiais de consumo)	(9.914)	(4.837)
Depreciação e amortização	(131)	(638)
Despesas com pessoal	(3.751)	(2.712)
Serviços prestados por terceiros	(1.320)	(447)
Outras Despesas Operacionais	(234)	(1.319)
Receitas de subvenção MCTI	1.348	803
Receitas de subvenção ICMS	1.859	-
	<u>(12.143)</u>	<u>(9.150)</u>

20. Despesa com perdas de recebíveis

	2021	2020
Perda com recebíveis	(35)	(796)
	<u>(35)</u>	<u>(796)</u>

21. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros ativos	1	1
Descontos Obtidos	1	17
Rendimento de aplicação financeira	21	1
Variação cambial ativa	33	50
Outras receitas financeiras	50	8
	<u>106</u>	<u>77</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(2.057)	(1.793)
Variação cambial passiva	(22)	(24)
Descontos concedidos	(3)	(16)
Outras despesas financeiras	(107)	(236)
	<u>(2.189)</u>	<u>(2.069)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No exercício fiscal de 2021 o regime de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social adotado foi o de Lucro Real.

Os valores apurados com IRPJ e CSLL seguem conforme a tabela a seguir:

	2021	2020
Provisão IRPJ e CSLL do 1º trimestre	-	(131)
Provisão IRPJ e CSLL do 2º trimestre	-	(101)
Provisão IRPJ e CSLL do 3º trimestre	-	(150)
Provisão IRPJ e CSLL do 4º trimestre	-	(205)
Despesa com IRPJ e CSLL no exercício 2021	-	(587)

23. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	5.500.000,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 02 veículos	300.000,00
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	5.000.000,00
Seguro de vida	Seguro de vida dos colaboradores CLT	5.953.233,35
		<u>14.134.000,00</u>

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes

Contratação de empréstimo de longo prazo no mês de abril de 2022 na modalidade de Capital de Giro com a Cooperativa SICCOOB no valor de R\$ 2.500.

Ademais, entre a data-base das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, e a data de aprovação de sua divulgação não ocorreram demais eventos que pudessem alterar a situação patrimonial e financeira.